O Conflito Palestino-Israelense:

Um Difícil Caminho para a Paz

Dr. José Gabriel Paz

"O Corão declara aos filhos de Israel a maior parte dos motivos de suas disputas".

O Sura CCVII do Corão, intitulado Salomão no Vale das Formigas. 78.

A PARTIR da desintegração do Império Otomano no fim da I Guerra Mundial a questão da Palestina começa a converter-se em um problema internacional.

O Nascimento do Estado de Israel e a Guerra contra Ingleses e Palestinos.

A Palestina era um dos antigos territórios pertencentes ao Império Otomano[1] e, concluída a guerra, passou a ser administrada pela Grã-Bretanha sob o sistema de mandato,[2] que foi instituído pelo Pacto da Sociedade das Nações.[3]

À exceção da Palestina, todos os territórios colocados "sob mandato" pela Sociedade das Nações conseguiram sua independência. Essa exceção pode ser explicada. Ao passar para esse status, foi cumprido o primeiro objetivo na implementação da declaração Balfour — emitida pelo Governo Britânico em 1917 — através da qual se estabelecia na Palestina o lar nacional do povo judeu.

Ao longo da existência do Mandato Palestino, de 1922 até 1947, houve uma grande imigração judaica do Leste Europeu e, a partir da instauração da Lei Racial de Nuremberg de 1935, como conseqüência da perseguição do regime nazista à população judaica, se iniciou uma corrente imigratória da Alemanha.

O importante crescimento da população judaica na região teve os seguintes antecedentes: em 1014 havia aproximadamente 80.000 judeus distribuídos entre Jerusalém, Haifa e algumas colônias agrícolas; em março de 1925 a população judaica estava estimada em 108.000 e em 1948 chegou a 650.000. Entre maio de 1948 e janeiro de 1968 foram incorporados 1.207.970 judeus imigrantes. Em 1924, 97% da terra pertencia aos árabes e somente o 3% restante pertencia a aquisições realizadas através do Fundo Nacional Judaico. No final da II Guerra Mundial entre 9 e 12% da terra cultivável pertencia aos judeus.

Os palestinos começam a reclamar sua independência e resistem a imigração judaica. Em 1º de maio de 1921 um grupo de árabes ataca matando 13 colonos judeus em Haifa e nos dias posteriores os distúrbios causam quase 100 mortes entre judeus e árabes. Em 1932 formam seu primeiro partido, o Istiqlal, criando, além disso, em 1936 uma organização cuja missão era realizar atos de sabotagem contra objetivos britânicos e judeus. No ano seguinte teve início uma rebelião a partir da qual, a violência é contínua entre árabes e judeus, caracterizada pelo emprego do terrorismo como principal meio de ação.

Diante da progressiva hostilidade dos palestinos, tem início, em junho de 1920, a organização do sistema de autodefesa das colônias judaicas chamado de "Haganah",[4] que seria a base para a constituição futura do Exército de Israel e que, em 1942, foi treinada durante alguns meses pelo Exército e pela inteligência britânica, recebendo material e recursos econômicos.

O movimento terrorista judaico Irgun Zwai Leumi foi organizado a partir de 1937, com a missão de conduzir ações hostis contra as populações árabes. Mais tarde são criados os movimentos extremistas independentes judeus Lehi e Stern.

Ao findar a II GM teve início um êxodo em massa de judeus europeus para o território palestino. A Grã-Bretanha impõe restrições à incontrolável imigração,

Imperial War Museum

Sir Edmund Allenby em Jerusalém depois da captura da cidade por Forças da Grã-Bretanha em 1917.

impedindo o ingresso de barcos carregados de refugiados, fato que incita os grupos judeus a organizar ataques de represália contra tropas e instalações britânicas.

Em outubro de 1945, a Haganah, o Irgun e o Lehi conduziram atentados contra três unidades da frota britânica, a refinaria de Haifa e dependências policiais, bem como realizaram ataques contra a viação férrea, inutilizando totalmente o serviço de transporte ferroviário.

Em julho de 1946, o Irgun concluiu uma ação importante ao reduzir a escombros o Hotel Rei David de Jerusalém, quartel-general das tropas britânicas, com o saldo de 91 mortos e aproximadamente 200 feridos. A escalada do conflito levou a Grã-Bretanha a tentar implementar várias fórmulas na busca de uma solução diplomática, mas em abril de 1947, diante da impossibilidade de prover uma saída adequada ao complicado debate, decide pôr o problema nas mãos da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Após analisar várias alternativas, a Organização das Nações Unidas, em 29 de novembro de 1947,[5] resolveu dar fim ao mandato, com a retirada progressiva do Exército inglês e dividir a Palestina em dois Estados Independentes, uma Palestina árabe e outra judia. Jerusalém teria o status de território especial sob administração da organização internacional. Deveriam ser marcadas fronteiras entre os três setores antes de 1º de outubro de 1948.

O 57,7% do território palestino, que proclamaria sua independência com o nome de Israel, possuía uma população de 608.000 habitantes. A Palestina árabe, com 43,6% do território local, contava com 1.327.000 habitantes, os quais não aceitavam a idéia de dividir o território como sugeria o organismo internacional. A região internacionalizada de Jerusalém ficaria com 0,7%.

A Guerra Contra os Árabes e Palestinos

A confrontação entre árabes e israelenses foi crescendo entre atentados, emboscadas e massacres violentos. Em abril de 1948, o grupo terrorista judeu Stern destruiu o povoado de Dir Yassein, restando como saldo mais de 300 árabes mortos. Um mês depois, grupos árabes massacraram a população judaica de Kafr Etzion. Estes engajamentos motivaram uma grande saída de palestinos

para os países vizinhos, onde formaram uma importante minoria, nem sempre bem aceita.

Em 14 de maio de 1948, sob a direção de David Ben Gurion, foi declarada a independência de Israel, e no dia seguinte tem início uma nova guerra com a invasão do território palestino pelas forças do Iraque, Jordânia, Egito e Síria. Esse território tinha sido designado pela ONU, para a criação de um Estado Palestino Árabe.

A guerra consolida militarmente Israel. A "Haganah" integrou-se às Forças de Defesa Israelenses[6] trazendo consigo mais de 50.000 homens e mulheres treinados e equipados. Ao findar a guerra, os israelenses contavam com um Exército de 95.000 homens.

A partir de 1948, o Conselho de Segurança cria a missão de paz para por fim à guerra árabe-israelense.[7] Nela participam observadores militares cuja tarefa era vigiar o cessar fogo, supervisionar armistícios e colaborar nas ações subseqüentes de manutenção da paz. Esta missão de observação continua em vigência até hoje.

Abdullah, da Transjordânia, proclamou-se rei da Palestina árabe, de acordo com o que foi resolvido pelo Congresso Árabe de Jericó. No entanto, a falta de apoio do resto dos Estados árabes, o impede de consolidar seu potentado sobre os territórios. A guerra estendeu-se a quase todo o resto do território palestino. Israel não apenas repeliu o ataque, mas também terminou ocupando 1.300 km² do território árabe palestino e, dentro deste, uma grande parte de Jerusalém.

Milhares de refugiados palestinos escaparam da guerra e se instalaram principalmente no Líbano e na Jordânia, asilados em campos sob a administração da ONU. Em 11 de setembro de 1948, a ONU resolveu[8] que deveria assegurar aos refugiados palestinos o direito de retornar aos seus lares e, caso isso não ocorresse, deveriam receber uma indenização.

Perto do final do conflito, Abdullah, da Transjordânia, proclamou-se rei da Palestina árabe, de acordo com o que foi resolvido pelo Congresso Árabe de Jericó. No entanto, a falta de apoio do resto dos Estados árabes, o impede de consolidar seu potentado sobre os territórios. A guerra estendeu-se a quase todo o resto do território palestino. Israel não apenas repeliu o ataque, mas também terminou ocupando 1.300 km² do território árabe palestino e, dentro deste, uma grande parte de Jerusalém.

O acordo para o armistício entre Jordânia e Israel de 1949, estabeleceu uma divisão da cidade de Jerusalém no setor leste (que inclui a Cidade Antiga) controlado pela Jordânia, e o setor oeste ou Cidade Nova, controlada pelo Estado de Israel.

As razões das importantes vantagens militares alcançadas pelas Forças de Defesa Israelenses foram a unidade de comando e a experiência de combate de suas tropas as quais, na sua maioria, eram veteranas da II Guerra Mundial.

A derrota dos árabes baseou-se nas suas graves deficiências de comando e controle e na sua inexperiência, desvantagens que não puderam superar apesar de possuir um equipamento mais moderno e adequado às necessidades operacionais.

Quando a guerra findou em fevereiro de 1949 com a vitória de Israel, mais da metade da população original da Palestina era refugiada.

Entre 1949 e 1956, as relações entre Israel e os árabes transcorreram numa tensa paz e com debates nas Nações Unidas relacionados com o destino dos refugiados palestinos, discussão na qual Israel manifestava sua oposição ao retorno dos exilados.

A nacionalização do Canal de Suez pelo Egito, em 1956, é a justificativa usada para a ocupação dos territórios de Gaza e do Sinai por Israel, numa operação militar que durou uma semana. A ocupação recebeu apoio da França e da Grã-Bretanha, que conseguem recuperar o controle da passagem marítima. A aviação egípcia foi destruída completamente em terra pelas forças aliadas.

A campanha demonstrou novamente a superioridade militar do exército israelense e as graves deficiências em instrução e organização das unidades militares egípcias.

A intervenção da ONU põe fim a guerra e por decisão da Assembléia Geral,[9] é criada a "Primeira Força de Emergência das Nações Unidas",[10] desdobrada na zona do conflito entre novembro de 1956 e maio de 1967. Foi a primeira estrutura militar armada dependente das Nações Unidas, formada por tropas para cumprir operações de manutenção da paz, cuja missão foi constituir uma zona neutra entre os contendores e realizar a supervisão da retirada das forças.

Em 1957, Yasser Arafat, Khaled Al-Hassan, Farouq Qaddumi e Kalil Al Wazzir criam um movimento clandestino que, em 1958, passaria a ser chamado de Al-Fatah[11]. Em maio de 1964, um grupo de refugiados palestinos forma, em Jerusalém, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que sob o amparo das nações árabes vizinhas busca a autodeterminação palestina.

O tratado secreto de venda de armamentos da Alemanha Ocidental para Israel, em 1965, gera uma crise na qual os estados árabes tentaram atuar através de sanções diplomáticas contra os países que apoiavam Israel, conseguindo pouco êxito em sua campanha.

Em 1967, Egito, Síria e Jordânia, fazem uma aliança a fim de continuar as ações bélicas contra Israel. Ao

Embaixada de Israel

Um carro de combate das Forças de Defesa Israelenses patrulhando nas Colinas de Golã, 1974.

ficar sabendo do acordo, o Estado hebraico resolve desencadear uma ação de "defesa preventiva"[12] contra seus possíveis agressores. Nos primeiros dias do mês de junho de 1967, Israel atacou as bases aéreas dos três países árabes, desarticulando completamente o poder aéreo inimigo.

Em plena guerra no dia 8 junho, o navio de inteligência americano *USS Liberty* — que se encontrava navegando em águas internacionais — sofreu ataques aéreos e marítimos pelas forças israelenses, ficando um saldo 34 marinheiros mortos e 172 feridos. Esse fato criou um sério conflito diplomático entre os Estados Unidos e Israel.

Em 10 de junho Israel consegue a vitória final na "Guerra dos Seis Dias", e em uma semana quadruplicou seu território, anexando a Faixa de Gaza, a Península do Sinai, a Cisjordânia, as Colinas de Golã e o setor oriental de Jerusalém, ficando toda a Palestina sob o poder israelense.

A guerra deixou mais de 40.000 árabes mortos, enquanto as baixas israelenses foram somente 676 homens. Em uma semana houve uma verdadeira hecatombe nas forças árabes, passando para as mãos israelenses mais de 400 aviões, centenas de carros de combate, peças de artilharia e um submarino. Além disso, houve um segundo êxodo de aproximadamente meio milhão de palestinos, que terminaram como refugiados nos países vizinhos.

Ao cessar as hostilidades o Conselho de Segurança aprovou uma Resolução[13] na qual instava Israel garantir a proteção, o bem estar e a segurança dos habitantes das zonas onde havia ocorrido as operações militares, assim como devia assumir o compromisso de facilitar o regresso das pessoas deslocadas. Foi também exigido que respeitasse a aplicação da Quarta Convenção de Genebra, de 12 de agosto de 1949, relativa à proteção de civis em tempo de guerra. Posteriormente, o Conselho de Segurança, através de outra Resolução[14] exorta Israel a se retirar dos territórios ocupados em 1967, dar fim ao estado de beligerância, respeitar e reconhecer a soberania, a integridade territorial e a independência de todos os Estados da Região.

A derrota árabe na guerra impulsiona a criação de organizações armadas para a busca da autodeterminação da Palestina.

George Habash cria, pouco tempo depois da guerra, a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), grupo de caráter marxista-leninista, sem ligação com o Movimento Nacionalista Árabe.

A OLP inicia suas ações terroristas contra Israel e no ano seguinte, Yasser Arafat, passa a ser o comandante da organização.

Durante 1968 é formada a Al Saiqa, organização guerrilheira marxista que agrupa os palestinos simpatizantes do Partido Baas sírio.

Em 1969 é criada a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP), de orientação marxista-maoísta, liderada por Nayef Hawatmeh. Neste mesmo ano foi também criada a Frente Popular para a Libertação

da Palestina-Comando Geral (FPLP-CG), organização guerrilheira vinculada à inteligência militar síria, separada da FPLP e da Frente de Libertação Árabe, facção terrorista de esquerda pertencente à OLP, amparada pelo partido iraquiano Ba'ath.

Em 1970, o rei Hussein da Jordânia, decidiu expulsar a OLP de suas bases naquele país, e o Exército jordaniano dirige suas ações contra os fedayines da OLP, conseguindo, um ano depois, que a organização passe a ocupar novas posições no sul do Líbano.

O grupo denominado "Setembro Negro", o braço-armado da Al-Fatah, realiza uma operação de grande impacto com o objetivo de chamar a atenção mundial para a causa palestina, assassinando 11 desportistas israelenses nas Olimpíadas de Munique de 1972.

Em 1957, Yasser Arafat, Khaled Al-Hassan, Farouq Qaddumi e Kalil Al Wazzir criam um movimento clandestino que, em 1958, passaria a ser chamado de Al-Fatah. Em maio de 1964, um grupo de refugiados palestinos forma, em Jerusalém, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que sob o amparo das nações árabes vizinhas busca a autodeterminação palestina.

Em 6 de outubro de 1973, com a supressão das atividades durante a festa de Yom Kippur, a guerra teve, outra vez, início. As tropas do Egito e da Síria atacam Israel de surpresa, conseguindo se impor ao princípio, recuperando temporariamente parte das Colinas de Golan.

O saldo inicial foi de mais de 300 carros de combate israelenses destruídos em poucas horas, mediante ações onde a audácia foi mais predominante que a estratégia, porém dez dias depois as forças aliadas estiveram perto de ser totalmente aniquiladas.

As Nações Unidas exigem a cessação de fogo entre os beligerantes e formam a "Segunda Força de Emergência"[15] para estabilizar a situação na zona do canal de Suez e do Sinai supervisionando a separação das forças contendoras e estabelecem uma zona de neutralidade entre ambas. A presença da ONU teve início em outubro de 1973, permanecendo até julho de 1979. A partir de junho de 1974 acrescentou-se uma missão de observação[16] nas Colinas de Golã para supervisionar a aplicação dos acordos de cessar fogo entre Israel e Síria. A missão ainda continua em vigor até hoje.

Em outubro de 1974, as Nações Unidas convidam a OLP para participar dos debates sobre a questão palestina perante a Assembléia Geral[17] e em novembro daquele ano, o organismo internacional reafirmou os direitos inalienáveis do povo palestino à sua autodeterminação, soberania e independência nacional e ao retorno dos refugiados.[18]

Em abril de 1975, Israel lança uma ofensiva armada no Líbano para eliminar os focos de terrorismo palestino naquele país. O Conselho de Segurança cria a força provisória da ONU[19] no Líbano, para conseguir a retirada de Israel, restabelecer a paz na região e ajudar o governo libanês a consolidar sua autoridade efetiva sobre o país. A missão tem início em março de 1978 e ainda se encontra em atividade.[20]

A Assembléia Geral estabeleceu em 10 de novembro de 1975 o Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino[21] e ainda conferiu à OLP o status de observadora[22] diante desse órgão.

Em Paz com os Vizinhos, em Guerra com os Palestinos

Já em 1977, Anuar Sadat, presidente do Egito, inicia conversações de paz com o primeiro ministro israelense Menahem Beguin. Com o apoio do presidente norte-americano Carter e de Henry Kissinger, Egito e Israel conseguem chegar a um acordo final de paz entre ambos os países em 5 de setembro de 1978 em Camp David.

Israel se compromete a devolver a península de Sinai ao Egito, o que foi realizado com a retirada das tropas israelenses em 1982, dando fim a quase meio século de hostilidades.

A questão palestina não é abordada nas conversações de paz por ser inconveniente para Israel, porque procurava consolidar-se nos territórios ocupados através da política de assentamentos. Por essa razão a OLP intensifica suas ações terroristas, iniciando, além disso, uma campanha diplomática para conseguir a rejeição por parte dos países árabes dos acordos feitos em Camp David.

Em 1979, o Conselho de Segurança[23] declarou que a política israelense de assentamentos não é legalmente válida e constitui uma séria obstrução ao estabelecimento da paz no Oriente Médio. Este posicionamento foi reafirmado pelo Conselho de Segurança[24] em 1980, demonstrando que essas práticas constituem uma violação flagrante à 4ª Convenção de Genebra.

A Comunidade Econômica Européia na conferência de Veneza de 1979 pediu o reconhecimento da OLP como organização política representante do povo palestino, exigindo que Israel proceda da mesma forma. A OLP, a partir de 1980, inicia uma prolongada ação terrorista internacional, dirigida principalmente contra alvos judaicos na Europa.

Em meados de 1980 nasce o movimento *Jihad Al-Islami* (*Jihad Islâmica* Palestina), originado de movimentos fundamentalistas islâmicos tem por objetivo continuar a luta armada como estratégia de ação política para a libertação da Palestina.

Embaixada de Israel

O Presidente egípcio com seu Ministro de Agricultura, Ibrahim Shukry, 1979.

Israel realiza uma nova ação "de defesa preventiva" em 7 de junho de 1981, ao destruir o reator nuclear de Ozirak, no Iraque, por entender que havia sido construído para fabricar material nuclear que punha em risco a segurança do Estado de Israel.

Em outubro de 1981, Anwar Sadat é assassinado por um grupo terrorista fundamentalista egípcio, por ter assinado os acordos de paz com Israel.

No Líbano, a campanha militar israelense havia conseguido forçar um cessar-fogo em 1981, que durou até maio de 1982.

Em junho de 1982, Israel invade o Líbano para expulsar a OLP do país e destruir sua estrutura militar. Esse fato obriga Arafat a sair do Líbano estabelecendo seu novo quartel general em Borj Cedria (Tunísia). Enquanto isso, milhares de palestinos buscaram novamente refúgio na Tunísia, no Iêmen e outros países árabes.

Em setembro milícias libanesas cristãs, aliadas das forças do General Ariel Sharon, atacam os campos de refugiados de Sabra e Shatila, provocando um massacre onde morrem mais de 2.000 civis palestinos.

Nesse mesmo ano aparece em cena o *Hezbollah*, organização terrorista que procura criar um Estado Islâmico no Líbano, onde a religião muçulmana se constitua num único princípio que deve reger tanto a vida pública como a privada. A extrema violência de suas ações se manifestou não somente no Líbano, mas também em Israel e em países fora do Oriente Médio.

A invasão do Líbano por Israel e os massacres de Sabra e Shatila impuseram um limite à possibilidade de consolidar um imediato processo de paz na região. Isto motivou a incorporação, à complexa realidade do conflito, das organizações terroristas fundamentalistas islâmicas como novos atores, os quais participam com um único objetivo: a destruição do Estado de Israel.

A Conferência Internacional sobre a Questão Palestina,[25] realizada em 7 de setembro de 1983, expressa por meio da Declaração de Genebra, a necessidade de impedir o assentamento nos territórios ocupados por Israel, rejeitando, portanto, as ações conduzidas para mudar o status de Jerusalém, reconhecendo como legítimos e inalienáveis os direitos do povo palestino a seu território.

Em outubro de 1985, aviões pertencentes a Israel atacam as posições da OLP na Tunísia. A organização anunciou após o ataque a limitação de suas ações armadas.

A ocupação, por parte de Israel, dos territórios de Gaza e da Cisjordânia, motivou os palestinos, em 6 de setembro de 1987, a iniciar um novo levantamento (*entifada*) em massa, no qual a OLP teve uma importante participação. Os insurretos enfrentaram as forças militares israelenses, apelando para a batalha de pedras, ao coquetel *molotov* e ao uso de granadas de mão, resultando em mais de 900 palestinos mortos e 10.000 feridos, enquanto as baixas de Israel foram 50.

Pouco depois de iniciada a *entifada*, em 14 de dezembro de 1987, aparece o grupo terrorista palestino *Hamas* (Movimento de Resistência Islâmica), vinculado em suas origens ao movimento Irmandade Muçulmana. As principais operações na região são realizadas através de uma célula chamada *Aza A Din El Oassam*, cujo objetivo é realizar uma *jihad*, principalmente contra Israel.

Em abril de 1988, um grupo de comandos israelense assassina, na Tunísia, o Kalil Al-Wazzir (*Abu Jihad*), líder da OLP e, em novembro desse mesmo ano, é proclamado, na Algéria, o Estado Nacional Palestino no exílio, presidido por Yasser Arafat.

O desaparecimento da União Soviética pôs fim à bipolaridade mundial, e em conjunto com a Guerra do Golfo Pérsico, contribuiu para gerar a necessidade de se estabelecer uma nova ordem política no Oriente Médio,

A questão palestina não é abordada nas conversações de paz por ser inconveniente para Israel, porque procurava consolidar-se nos territórios ocupados através da política de assentamentos. Por essa razão a OLP intensifica suas ações terroristas, iniciando, além disso, uma campanha diplomática para conseguir a rejeição por parte dos países árabes dos acordos feitos em Camp David.

no qual tanto Israel como o mundo árabe tiveram de reavaliar suas posições, iniciando-se, como conseqüência, negociações para estabelecer relações mais harmônicas e melhorar os vínculos entre os vizinhos da região.

Com base nessa nova referência histórica, foi convocada a "Conferência para a Paz no Oriente Médio", a ser realizada em 30 de outubro de 1991 em Madri, onde seriam estabelecidas negociações diretas por dois meios: entre Israel e os países árabes e entre Israel e os palestinos, tendo como base as resoluções do Conselho de Segurança nº 242[26] de 1967 e 338[27] de 1973.

Assistiram à Conferência o Estado de Israel, a OLP, a Síria, a Jordânia e o Líbano. Foi possível estabelecer o diálogo entre as partes, estabelecendo-se mecanismos de negociação multilateral sobre o meio ambiente, o controle de armas e segurança regional, os refugiados, os recursos hídricos e o desenvolvimento econômico regional.

Um Caminho para a Paz?

Em janeiro de 1993, reúnem-se em segredo representantes de Israel e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Oslo. Nessa reunião o Primeiro Ministro Yitzhak Rabin concordou em retirar-se de Gaza e da Cisjordânia e, ao fazê-lo, optou definitivamente pela divisão territorial. Com essa mudança na política tradicional israelense, Rabin assegurou a paz, limitando as futuras aspirações geopolíticas israelenses de serem donos de um território maior.

O acordo possibilitava a criação de um Estado palestino junto a Israel — o que seria aceito pelos árabes — e a divisão de ambos os Estados seria feito em etapas. Previa-se também no acordo a cooperação na área comercial e de segurança, ficando para ser resolvido mais adiante, os temas mais conflitantes como a situação de Jerusalém e dos refugiados. A Al-Fatah ficaria desarticulada como organização militar.

As grandes negociações entre o Governo de Israel e a OLP — que foi reconhecida como representante do povo palestino — concluem com a assinatura da "Declaração de Princípios para o Acordo de Auto-Governo Interino", em 13 de setembro de 1993 em Washington, tendo por base os acordos de Oslo.

A Assembléia Geral e o Conselho de Segurança[28] da ONU interpretaram a Declaração de Princípios como um importante passo para o estabelecimento da paz na região.

Foi determinado, na Declaração de Princípios, um período de cinco anos para se estabelecer um acordo final sobre o status dos territórios. Durante este tempo, Israel cederia parte de seu controle à Administração Nacional da Palestina, para o qual se dividiu o território em três zonas: Zona A, as cidades sob o controle exclusivo palestino (Jericó, Ramala, Belém, e Hebrón); Zona B, o Exército israelense podia atuar a fim de combater o terrorismo e a Zona C: sob o controle de Israel, que compreende 70% da Cisjordânia, incluindo o estreito do Rio Jordão e todas as colônias judaicas.

A autoridade palestina receberia o poder para governar os assuntos palestinos em todas as áreas sob o seu controle e, para manter a segurança interna, deveria formar uma força policial própria. Israel teria a seu cargo a defesa externa, a segurança dos assentamentos judeus e dos cidadãos israelenses, e os soldados e civis israelenses teriam liberdade de movimentos nas rodovias palestinas.

Israel assegurava com isso, aspectos centrais em sua geoestratégia na região, ao estabelecer dentro dos territórios palestinos o controle e acesso aos assentamentos judaicos e às zonas onde se encontram os recursos hídricos vitais. Neste sentido, deve-se levar em conta que 40% da água de Israel é obtida dos territórios ocupados em 1967, por isso mesmo, perder certas áreas significaria um custo aproximado de um bilhão de dólares anuais.[29]

Através do Acordo do Cairo, de 9 de fevereiro de 1994, Arafat e Peres assinaram um compromisso sobre a segurança (polícia e acessos fronteiriços), e passaram a implementar os acordos de Oslo.

A violência retorna quando, em 25 de fevereiro de 1994, Baruch Goldstein[30] mata com um fuzil 29 palestinos que

Embaixada de Israel

Aeronaves MiG egípcias atacando uma caravana israelense no Sinai durante a Guerra dos Seis Dias, 1967.

oravam na Tumba dos Patriarcas de Hebrón, e o agressor é morto a golpes pelos sobreviventes do atentado. O incidente deteriora a relação entre israelenses e palestinos, e como conseqüência a OLP suspende o diálogo com Israel até que seja garantida a proteção dos palestinos, que os 120.000 colonos hebreus sejam desarmados e que os assentamentos judaicos sejam evacuados.

Nos primeiros dias de abril, Israel inicia a evacuação de Jericó e Gaza, reatando, no Cairo, as negociações suspensas devido ao incidente em Hebrón. Um mês depois são celebrados os acordos que outorgam certa autonomia a Gaza e a Jericó — ponto de partida para o nascimento da Autoridade Nacional Palestina (ANP) — e a finalização da retirada do Exército israelense dessas áreas, com exceção das forças designadas para a proteção das colônias judaicas e das áreas fronteiriças.

Parecia que lentamente estava-se cumprindo os acordos da Declaração de Princípios e com isso se assegurava a institucionalização futura do Estado Palestino. Nesse contexto, observa-se uma mudança por ocasião do retorno de Yasser Arafat à Gaza, em 1º de julho de 1994, depois de 27 anos de exílio.

No marco regional também aconteciam fatos promissores. Yitzhak Rabin e Hussein da Jordânia assinaram, em 26 de outubro de 1994, os acordos que deram fim a 46 anos de guerra entre ambos os países. A partir de fevereiro foram estabelecidos contatos diplomáticos com a Síria em Washington, sendo realizadas negociações em vários campos.

Rabin e Arafat fazem um acordo em Gaza, em 8 de novembro, para iniciar a segunda fase da autonomia palestina e do processo de paz e, novamente na Cúpula de Cairo, de 2 de fevereiro de 1995, na qual participam o rei Hussein da Jordânia, Mubarak, Arafat e Rabin, reativam essas mesmas iniciativas.

Como resultado do novo relacionamento anuncia-se em Gaza, em 4 de julho, um acordo para a autonomia da Cisjordânia. Entretanto, a assinatura do mesmo, prevista para 25 de julho, teve que ser transferida para setembro, ocasião em que Arafat e Rabin concordam em ampliar a autonomia palestina no Estreito de Gaza e na Cisjordânia, garantindo a retirada do Exército israelense das sete cidades cisjordanas, permitindo ainda a convocação de eleições para março de 1996.

Em 4 de novembro de 1995, o mundo se comove quando o jovem judeu ultra-ortodoxo Ygal Amir[31] assassina em Tel Aviv o primeiro ministro Yitzhak Rabin, que foi sucedido no cargo por Simon Peres.

Peres continuaria a tarefa iniciada por Rabin. Em 27 de dezembro, depois de quase 30 anos de ocupação, o Exército israelense finaliza a evacuação das cidades cisjordanas de Jenin, Nablus, Tulkaren, Qalkiya, Belém e Ramala, restando apenas Hebron.

O Estado Palestino parecia tornar-se realidade quando Arafat venceu as eleições realizadas em 20 de janeiro de 1996, sendo empossado como primeiro presidente

da ANP em fevereiro. Pouco tempo depois foi formado o primeiro parlamento palestino integrado por 88 deputados. A partir de abril de 1996, a ANP inicia suas atividades em Jericó, atuando com autoridade similar à de um governo local, exceto no âmbito de segurança — com exceção de um setor de Gaza e Cisjordânia — e relações exteriores.

Com as eleições de maio houve várias mudanças em Israel. O representante do Partido Likud, Benjamin Netanyahu venceu Simon Peres, convertendo-se no novo primeiro ministro. Durante 1996 se agravam novamente os enfrentamentos no sul do Líbano entre Israel e as milícias da organização fundamentalista Hezbollah.

No início de 1997 Netanyahu e Arafat fazem um acordo em Erez para a retirada do Exército israelense da cidade e a entrega aos palestinos de 80% da cidade de Hebron. Em março, Israel concorda em ceder 500 km^2 da Cisjordânia — aproximadamente 9% do território — percentagem pouco significativa diante dos 30% reclamado pela ANP.

O Governo israelense inicia a construção de um novo assentamento nas colinas de Har Homa, nas proximidades de Jerusalém. Essa atividade é contestada pela Autoridade Palestina e pelos Estados Unidos, por ser contrária ao espírito e ao acordo de Oslo. A decisão de Netanyahu de continuar com a construção dos assentamentos paralisou o diálogo.

Madeleine Albright, Secretária de Estado dos EUA, consegue que Netanyahu e Arafat aceitem retomar o processo de paz, e em outubro foi assinado o acordo de Wye Plantation entre o líder palestino, o primeiro ministro israelense e Clinton. O acordo estabelecia a retirada israelense de 12% do território cisjordano, com a condição de que a ANP consiga deter a luta armada iniciada pelo terrorismo.

Pouco tempo depois, Israel inicia a primeira das três fases estabelecidas no acordo para a retirada da Cisjordânia, ao devolver 2% do território.

O novo clima de confiança entre palestinos e israelenses tinha seu eixo na confluência de interesses de Arafat e de Netanyahu, já que ambos passavam por um período politicamente frágil em seus governos e essa imagem decaída seria fortalecida com a consolidação da paz na região.

Como evidência de uma melhor disposição palestina, o Comitê executivo da OLP aprova a revogação dos 26 artigos da Carta Nacional que declaravam ilegítimo o Estado de Israel, incitando a sua destruição.

Em dezembro Netanyahu detém o avanço das duas fases seguintes da retirada da Cisjordânia previstas para janeiro e fevereiro. No início de 1999 o governo de Benjamim Netanyahu finalmente cai, novas eleições são convocadas e em maio é eleito o novo primeiro ministro Ehud Barak.

Arafat e Barak procuram garantir a paz assinando o *Sharm el Shelj* (Egito), a revisão do acordo de WYE, que contempla a retirada israelense, em três fases, de 12% dos territórios ocupados da Cisjordânia e a libertação de 350 prisioneiros palestinos dos 2.000 detidos, em troca da garantia da segurança de Israel pela OLP. Dias mais tarde, é ampliada a área sob o controle da ANP na Cisjordânia como conseqüência de uma nova retirada de tropas israelenses, aumentando sua jurisdição para 34% desse território. Além disso, Barak faz um acordo com os colonos de Gaza e da Cisjordânia para desmantelar 10 dos 42 assentamentos estabelecidos no último ano.

Entre o primeiro e o segundo dia de novembro Barak, Arafat e Clinton se reencontram em Oslo sendo este encontro o ponto de partida das negociações para o Estatuto Final. As conversações continuam na cidade cisjordana de Ramala, mas em dezembro Arafat interrompe o diálogo até que Israel pare com sua política de construção de novos assentamentos.

O ano 2000 inicia com o cumprimento por parte de Israel da segunda fase de evacuação dos territórios ocupados, liberando em janeiro outros 5% da Cisjordânia, estando programada uma terceira retirada de 6,1%, que foi realizada em março.

Barak manifesta a Arafat — durante uma reunião secreta em Ramala no mês de maio — sua intenção de ceder à ANP o controle da segurança de Abus Dis, Azariye e Suahara, três povoados na periferia de Jerusalém, que já estavam sob a jurisdição administrativa palestina.

Em 24 de maio de 2000, o primeiro ministro israelense ordena a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano, após 22 anos de ocupação.

O Presidente Clinton convoca uma nova cúpula em Camp David, entre 11 e 25 de julho, para negociar a soberania de Jerusalém, o que finalmente resulta em fracasso.

O Conselho Central Palestino, no dia 13 de setembro, em uma atitude decididamente provocadora, ameaça com a proclamação unilateral do Estado Palestino, mas os EUA e a União Européia conseguem postergar essa decisão.

A Nova Guerra contra os Palestinos

Com a visita do líder do Likud, Ariel Sharon, à Esplanada das Mesquitas em Jerusalém Oriental, em 28 de setembro, tem início a "*entifada* de Al Aqsa",[32] gerando uma violência descontrolada que matou 821 pessoas em 4 meses, na sua maioria palestinos. Durante a nova insurreição, crescem os atentados terroristas contra Israel, e os grupos radicais palestinos realizam ataques com emprego de terroristas suicidas, provocando dezenas de baixas civis em diversas cidades.

Em 2000, os ataques suicidas eram realizados quase

exclusivamente pelos grupos *Hamas* e *Jihad Islâmica*, e sua área de ação era principalmente a Cisjordânia e o Estreito de Gaza, mas nos anos 2001 e 2002, os atentados suicidas se alastraram por todo o território israelense.

A violência se estende para o sul do Líbano, onde o *Hezbollah* inicia ataques nas zonas fronteiriças, seqüestrando três soldados israelenses, exigindo em troca a libertação de presos pertencentes à organização.

Em 7 de outubro de 2000 um grupo de palestinos destrói um santuário judeu — "O Sepulcro do Patriarca José" — na cidade cisjordana de Nablus. Barak dá um ultimato para que dentro de 48 horas Arafat detenha a *entifada*, e se essa exigência não for cumprida, ordenará ao Exército o emprego de todos os meios a seu alcance para pôr fim à rebelião.

Nesse mesmo dia, o Conselho de Segurança da ONU aprova uma Resolução[33] na qual lamenta a provocação ocorrida em Jerusalém, em 28 de setembro, e a violência decorrente nesse lugar e em outros lugares santos, assim como nos territórios ocupados por Israel desde 1967. O Conselho condena o "uso excessivo da força" por parte de Israel contra os palestinos, e exorta Israel em sua condição de potência ocupante, que cumpra escrupulosamente as obrigações e responsabilidades definidas durante a 4ª Convenção de Genebra, de 12 de agosto de 1949, em relação à proteção de pessoas civis em tempo de guerra.

Barak anuncia que está disposto a reunir-se com Arafat sob os auspícios dos EUA. Palestinos e israelenses reassumem o diálogo em *Sharm el Sheij* e concordam cumprir com três premissas: cessar a violência, reativar o processo de paz e criar uma comissão de investigação que esclareça os incidentes ocorridos.

Em meio a graves engajamentos entre palestinos e colonos judeus, o Exército israelense inicia sua retirada de Gaza e da Cisjordânia, mas a violência faz com que tenha de intervir novamente com helicópteros e carros de combate.

Em fins de outubro, Arafat pede aos palestinos para intensificar a *entifada* e o Governo israelense inicia seus bombardeios contra as bases da *Al-Fatah* em Nablus e Ramala.

Em novembro, Arafat solicita o desdobramento de um contingente das Nações Unidas para proteger a população civil de Gaza e da Cisjordânia e exige apoio dos países árabes para continuar com a *entifada* até conseguir a independência.

A representante da ONU, Mary Robinson, se encontra em meio a um tiroteio em Hebron e, logo após a sua visita à região, propõe o envio de observadores internacionais aos territórios ocupados.

Em meados de novembro, há uma intensificação da *entifada*, com maior violência na área de Jenin, Belém, Hebron, Jericó, Tulkarem, Qalkiya, Ramala e Karni. O Exército israelense responde com uma forte ofensiva em todas as frentes chegando inclusive a empregar aviões de combate *F-16*. Para protestar contra o excessivo uso da força contra os palestinos, o Egito retira seu embaixador em Israel.

O ex-senador americano George Mitchell — que havia realizado, com sucesso, uma gestão para a paz no Ulster — chega à região para procurar uma solução ao conflito, enquanto Clinton se reúne com os representantes israelenses e palestinos e propõe um plano no qual se outorga à soberania palestina 95% da Cisjordânia e um controle exclusivo sobre a Esplanada das Mesquitas. A proposta é aceita por Israel no mês seguinte sob novas condições. A ANP solicita tempo para discutir com profundidade a iniciativa.

O acordo possibilitava a criação de um Estado palestino junto a Israel — o que seria aceito pelos árabes — e a divisão de ambos os Estados seria feito em etapas. Previa-se também no acordo a cooperação na área comercial e de segurança, ficando para ser resolvido mais adiante, os temas mais conflitantes como a situação de Jerusalém e dos refugiados.

Ehud Barak renuncia seu cargo de Primeiro Ministro e em 19 de setembro de 2000 são convocadas eleições antecipadas.

Em janeiro de 2001 palestinos e israelenses se reúnem em Taba (Egito), para estabelecer uma estrutura para o acordo de paz apresentado pelos EUA diante das eleições gerais. Arafat aceita os pontos principais da proposta de Clinton e os mediadores americanos planejam reunir-se separadamente com ambos os lados a fim de definir os alcances do acordo.

Ariel Sharon vence as eleições de Israel em 6 de fevereiro, com 62,2% dos votos, enquanto Barak obtém apenas 37,8%. Houve um recorde de abstenção com apenas 62% comparecendo às urnas. A vitória de Sharon não agrada aos palestinos, já que ainda lembram de sua participação na invasão do Líbano e de sua visita à Esplanada das Mesquitas em Jerusalém.

Sharon prometeu a seus eleitores continuar construindo nos territórios ocupados, não fazer negociações de paz com os palestinos sem garantias para a segurança de Israel e pouco tempo após assumir anunciou que seu Governo não estava preparado para respeitar todos os acordos de Taba. Isto provocou a imediata reação dos líderes palestinos e tanto a *Jihad Islâmica* como o *Hamas* intensificaram os atentados suicidas. Como resposta, o governo israelense decidiu atacar objetivos nas áreas sob

o controle palestino empregando aeronaves de guerra.

Nos meses que se seguem, a *entifada* mantém sua intensidade, e prossegue entre combates intercalados por um leve cessar fogo e duras represálias israelenses, mas a violência fica incontrolada quando a imprensa internacional difunde as imagens de um menino palestino morto durante um tiroteio em Gaza.

Em abril, o presidente da França e o rei da Jordânia insistem com os israelenses e palestinos para que aceitem a iniciativa de paz do Egito e da Jordânia, a qual propõe o fim da *entifada* durante um mês, para que possam ser restabelecidas as conversações de paz.

A Comissão Mitchell sugere, como solução, o fim do estabelecimento de colônias por parte de Israel em Gaza e na Cisjordânia e o encarceramento dos terroristas palestinos. Arafat em Paris pede que se acate a proposta da Comissão Mitchell, parando com a colonização judaica no território palestino, enquanto Sharon numa reunião com o presidente Bush, nos EUA, deixa claro porque se opõe ao desmantelamento das colônias judaicas.

Em junho surge o Plano Tenet, desenvolvido pelo chefe da CIA George Tenet. A iniciativa estabelecia que as forças palestinas deviam confiscar os morteiros dos grupos paramilitares, fazer uma intervenção nas fábricas dos mesmos e não cometer atentados contra a integridade dos civis ou militares israelenses. Por sua vez Israel deveria retirar suas tropas das posições que haviam conquistado desde o primeiro dia da *entifada*, assumir o compromisso de não empregar armas de efeito devastador e que suas tropas não abririam fogo contra objetivos civis ou instalações da ANP. Ambos os contendores deverão desdobrar forças de interposição nos pontos mais conflitantes da Cisjordânia e de Gaza.

As atividades terroristas passam a ser cada vez mais intensas e, como conseqüência dos ataques com morteiros contra as povoações israelenses, a presença militar israelense é incrementada em Gaza e na Cisjordânia.

Bush culpa os palestinos pela paralisação das negociações, manifestando que os israelenses não negociarão sob ameaças terroristas. Enquanto isso, Sharon culpa Arafat de ser "o principal obstáculo para a paz" e acredita que a solução se encontra na sua substituição por um líder "mais pragmático".

Com os atentados do dia 11 de setembro contra os EUA, Arafat expressou publicamente seu repúdio à realização dos atos terroristas apesar de que algumas povoações palestinas saíram às ruas demonstrando seu júbilo.

Em 17 de outubro, a Frente Popular para a Libertação da Palestina assassina o ministro do turismo israelense Rejavam Zeevi, o que gera uma imediata represália por parte de Israel, ocupando várias cidades palestinas.

As ações dos grupos radicais deixam um saldo de 26 mortos e 200 feridos e se acrescenta ao cenário uma nova organização criada no ano 2000 vinculada ao *Al-Fatah*: as Brigadas dos Mártires de *Al Aqsa*,[34] que apesar de não se tratar de um grupo fundamentalista islâmico, caracterizou-se por seus violentos ataques suicidas.

A partir de dezembro Sharon interrompe seus contatos com a ANP, proibindo Arafat de sair do Quartel General da ANP em Ramala — conhecido como *Mukata* — e dá ordens para bombardear povoações palestinas, destruindo o aeroporto de Gaza.

No início de 2002, Ariel Sharon decide levantar as restrições impostas nos territórios de Gaza e Cisjordânia, antevendo a chegada do mediador americano Anthony Zinni em Israel, medida esta que acalma os ânimos dos palestinos.

A tranqüilidade seria breve. Em 11 de janeiro a *Jihad Islâmica* realiza um atentado contra civis israelenses durante uma festa em Hedera, matando sete pessoas e deixando cerca de 30 feridos.

Isto produz um recrudescimento do conflito, e em resposta Israel realiza uma importante ofensiva. O Exército israelense ocupa Tulkarem, Qalkiya, Beit Jala e o campo de refugiados de Deishó e bombardeia o QG de Arafat. Uma semana mais tarde, são travados os combates mais cruentos nas cidades de Nablús, Jenín, Belém e Ramala, em decorrência de ações militares que se estendem praticamente ao total dos territórios da ANP.

Logo após o início da ofensiva, o resultado era 200 palestinos mortos, 1500 feridos e 1300 detidos, dos quais 361 pertenciam a grupos terroristas palestinos. Pelo lado israelense, o saldo era de 11 soldados israelenses mortos e 143 feridos.

No dia 12 de março de 2002, o Conselho de Segurança da ONU, aprova uma Resolução[35] onde pede a cessação imediata da violência, inclusive dos atos de terrorismo e de provocação, exortando às partes a colaborar na aplicação do Plano Tenet e das recomendações da Comissão Mitchell, com vistas a alcançar uma conciliação política.

A Cúpula Árabe de Beirute insiste no plano saudita, que propõe a normalização de relações entre o mundo árabe e Israel, em troca da retirada israelense dos territórios ocupados em 1967.

Arafat não pôde participar da Cúpula. Encontrava-se confinado em Ramala resistindo uma ação militar israelense de tal porte, que quando os carros de combate ingressaram no seu QG, acreditando estar perto do fim, expressou sua vontade de morrer como "mártir".

Pela inusitada intensidade dos atentados terroristas suicidas, no dia 10 de março o Exército israelense lança uma nova ofensiva contra alvos da ANP.

Em 10 de abril se reúnem em Madrid os representantes da União Européia, Rússia, Estados Unidos e da ONU para procurar uma solução para o conflito, criando-se o chamado "Quarteto de Madrid". Os quatro mediadores:

ONU

Reunião do Conselho de Segurança da ONU tratando da violência em Gaza, 1991.

Miguel Angel Morantinos (UE), Anthony Zinni (EUA), Andrei Vdovin (Rússia) e Terje Roed Larsen (ONU) se dedicaram a delinear um plano de paz que foi consolidado em um documento chamado de *Road Map*. Decidem ainda pedir a Sharon que se retire da Cisjordânia e de Gaza, e a Arafat para lutar contra o terrorismo.

Em 24 de junho, o presidente Bush estabelece como condição para a criação de um Estado palestino no ano 2005, o fim da liderança de Yasser Arafat e a nomeação de um primeiro ministro, sendo esta a primeira ocasião em que os EUA apóiam a idéia de formar um Estado palestino.

As pressões dos EUA levam Arafat a nomear, em 19 de março, Mahmoud Abbas (Abu Mazen) como primeiro ministro da ANP.

O *Road Map* foi entregue a Sharon e a Abu Mazen em 30 de abril de 2003. Nele está previsto o estabelecimento de um plano de paz em três fases.

A primeira fase, seria aplicada de 30 de abril até finais de maio de 2003, com o objetivo de pôr fim às ações terroristas e à violência. Propõe ainda normalizar politicamente a Palestina, estabelecendo uma Constituição e propiciando a celebração de eleições livres. Os palestinos deverão acatar o cessar fogo e reconhecer Israel como um Estado. Por sua vez, Israel deverá se retirar das zonas ocupadas, parar a construção dos assentamentos, comprometendo-se ainda em não realizar deportações, agressões ou destruição dos lares palestinos.

A segunda fase entraria em vigor de junho a dezembro de 2003. Nessa instância — logo após serem celebradas as eleições palestinas — seria convocada uma Conferência Internacional onde seriam debatidos diversos aspectos relativos ao conflito, incorporando-se à agenda a busca de solução das disputas que Israel mantém com a Síria e o Líbano. Promover-se-ia o reconhecimento internacional do Estado palestino, favorecendo sua incorporação à ONU. Foi também proposto o restabelecimento das ações de cooperação multilateral para o desenvolvimento da região.

A terceira fase seria desencadeada entre 2004 a 2005. Em princípios de 2004 convocar-se-ia uma segunda Conferência Internacional, dando-se início a um processo que conduzisse a um estatuto final para o ano 2005. Nesse estatuto seriam estabelecidas as questões de fronteiras, refugiados, assentamentos e a situação de Jerusalém. Foi determinado que a solução deveria incluir um meio para proteger os interesses judeus, cristãos e muçulmanos.

Ariel Sharon e Abu Mazen se reúnem em 17 de maio para discutir os aspectos relativos ao plano, e em 25 de maio, o gabinete israelense aprova o *Road Map* por 12 votos a favor, 7 contra e 4 abstenções. Síria também aceita a proposta.

Dias mais tarde, realiza-se uma nova reunião entre Mazen e Sharon. O Primeiro Ministro palestino exige a aplicação do plano de forma íntegra, sem modificações, e o fim do assédio a Arafat em Ramala.

Pouco a pouco o *Road Map* parece ser uma tentativa pouco realista para obter a paz para o Oriente Médio.

Em junho, Israel inicia a construção de um muro de 245 km na fronteira com a Cisjordânia. A principal razão da obra é garantir a segurança das populações vizinhas que, durante anos, têm sido alvos de franco-atiradores e de tiros de morteiros. Além disso, essa obra procura impedir a infiltração de terroristas desde suas bases na Palestina. Entretanto, aqueles que se opõem a realização da obra, consideram que o objetivo seja definir uma nova fronteira. A maior parte do muro está formada por aramados com sensores eletrônicos de pelo menos 3 metros de altura; também há partes onde a altura média será de 5 metros, construídas em cimento, principalmente nas áreas povoadas.

No dia 5 de junho, sob os auspícios do rei Abdullah, se reúnem em Aqaba (Jordânia) o presidente Bush, Sharon e Abu Mazen a fim de aprovar e consolidar as premissas estabelecidas no *Road Map*. A convocatória mostra o interesse dos EUA em apoiar o processo de paz, e são obtidos alguns compromissos.

O Primeiro Ministro palestino procura cumprir com sua parte do plano, e Israel se compromete a não continuar com os ataques seletivos, na tentativa de conseguir um acordo com as organizações terroristas e com isso por fim à violência. Entretanto, nos primeiros dias de junho, Adbel Aziz-al-Rantisi, líder do *Hamas*, decidia suspender o diálogo com Abu Mazen, desmoronando as esperanças de paz na região.

A Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP) também rejeitou toda possibilidade de trégua e que prosseguiria com a *Jihad Islâmica* ao declarar, desde Gaza, que todo o acordo patrocinado pelos EUA é um fracasso para os palestinos. A organização "Brigadas de Mártires de al-Aqsa" apresentou certas condições para a aceitação de uma possível trégua — entre outras exigências — que Israel libere Arafat do seu confinamento em Ramala, iniciado em dezembro de 2001.

Em 22 de junho reúnem-se em Shuné (Jordânia) o secretário de Estado dos EUA, Collin Powell, o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, o Ministro do Exterior russo, Igor Ivanov e o Alto Representante da Política Exterior e Segurança Comum da União Européia, Javier Solana. Os representantes do "Quarteto de Madrid" procuram reverter a paralisação que sofria o processo de paz, já que a violência entre israelenses e palestinos, desde a Cúpula de Aqaba, já havia custado mais de 60 vidas.

Os participantes do conclave expressaram sua preocupação com respeito às operações militares israelenses que matam palestinos inocentes e outros civis, enfatizando que tais ações não melhoram a segurança, pelo contrário, debilitam a confiança e as perspectivas de cooperação. Enfatizam, além disso, que, embora reconheçam o direito de Israel defender-se dos atentados terroristas contra sua população, insistem junto ao Governo israelense para respeitar os regulamentos humanitários internacionais e efetuar os maiores esforços para evitar vítimas civis.

Israel rejeitou a crítica, advertindo que enquanto o Governo palestino não entrar na guerra contra o terrorismo, estaremos obrigados a fazê-lo para defender a vida dos israelenses.

As ações militares de Israel contra objetivos terroristas dividiram-se em ataques cirúrgicos contra dirigentes das organizações e em incursões na qual capturaram numerosos membros e simpatizantes de grupos terroristas.

Apesar do clima de violência, os grupos radicais palestinos *Hamas*, *Jihad Islâmica* e *Al Fatah* concordaram com a ANP sobre as bases para um cessar fogo. Israel também chegou a um acordo com a ANP parar realizar uma evacuação militar de Gaza e Belém assim que entrasse em vigor a trégua.

Parecia que se entrava em um período de paz. Os palestinos podiam entrar e sair de Gaza depois de dois anos de proibição. Israel libertava presos palestinos e se suspendia a anunciada a expulsão de familiares de terroristas. Os Estados Unidos enviariam $30 milhões de dólares para iniciar a reconstrução de Gaza, enquanto Condoleeza Rice promete enviar mais um bilhão de dólares para a recuperação econômica dos territórios ocupados.

Em decorrência de graves atentados, em meados de agosto, Israel suspende a libertação de presos, manda fechar o Estreito de Gaza e estabelece represálias militares contra líderes terroristas. Esta situação justifica o fim da trégua por parte do *Hamas* e da *Jihad Islâmica*.

O processo de paz fica novamente trancado — perdido numa nova escalada de violência — e o fracasso do plano leva à renúncia de Abu Mazen.

Ahmed Qorei (Abu Ala), presidente do parlamento palestino, recebe convite de Arafat para substituir o Primeiro Ministro que renunciou.

Nos primeiros dias de setembro, o vice-primeiro ministro e o titular de Relações Exteriores israelense, Silvan Shalom, confirmaram a necessidade de expulsar Arafat já que este é o principal obstáculo para toda iniciativa de paz, porém essa decisão foi amplamente criticada pela comunidade internacional, acabando com uma advertência dos EUA, da União Européia e da Liga Árabe de que com essa atitude somente se conseguiria acentuar a escalada da violência.

Novos ataques suicidas levam Israel a justificar represálias em Gaza e na Cisjordânia atacando, além disso, bases da *Jihad Islâmica* na Síria com aeronaves de combate.

As ações israelenses na Síria foram severamente criticadas pela Liga Árabe, insistindo que o ataque da aviação israelense constitui uma escalada perigosa que ameaça a segurança regional, que pode arrastar a região

inteira a uma espiral de violência. Um critério similar foi adotado pelo Egito, Qatar, Jordânia e o Líbano, que coincidiram em afirmar que a ação de Israel constitui uma perigosa provocação e uma violação da soberania síria e da legislação internacional.

A gravidade do incidente impõe a necessidade de recordar que a Síria e o Líbano são dois países vizinhos que não assinaram a paz com Israel, porquanto não participaram do acordo realizado na Conferência de Paz de Madri em outubro de 1991. Três temas ainda por resolver separam a Síria e Israel: a normalização diplomática, a ocupação israelense das Colinas de Golã e o controle da água que abastece o lago Tiberíades.

O presidente Bush envia a Sharon uma mensagem clara de apoio, ao manifestar que não se deve ficar constrangido na hora de defender seu território, embora enfatize cuidado com as ações tomadas para evitar uma escalada do conflito e maior tensão.

Em 15 de outubro, logo após um atentado que custou a vida de três cidadãos americanos em Gaza, o Secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, disse ser impossível a criação de um Estado Palestino se não houver fim da violência.

A visita do ministro de Segurança do Interior de Israel, Tzachi Hanegbi, à Esplanada das Mesquitas de Jerusalém, é interpretada como uma provocação para os palestinos. É a primeira visita de um ministro israelense desde 28 de setembro de 2000, ocasião em que Ariel Sharon compareceu nesta área e ocasionou o início da *entifada* de *Al-Aqsa*.

Enquanto isso, o Primeiro Ministro palestino, realiza um importante anúncio ao comunicar que a ANP tem prevista a realização de eleições para junho de 2004.

O relacionamento israelense-palestino parece ter ficado trancado num círculo onde os esforços para estabelecer a paz são seguidos pela violência terrorista — procurando desestabilizar o processo — e pela dura resposta militar israelense, como retribuição.

Conclusões

Como já vimos a complexa situação no Oriente Médio tem uma multiplicidade de razões que a motivam, mas suas raízes se encontram nos tempos da presença britânica, durante o mandato da Sociedade das Nações sobre a Palestina.

Desde o nascimento do Estado de Israel em 1948, sua existência tem se mantido sobre a amálgama de três claros conceitos geoestratégicos:

• O estabelecimento de políticas migratórias, demográficas e territoriais para fortalecer seu espaço vital;

• O apego ao caráter judeu como base da identidade nacional;

• Uma sólida política de segurança nacional como apoio para a sobrevivência do Estado de Israel.

Quanto ao primeiro, embora mais da metade dos judeus que atualmente habitam Israel, tenham nascido lá, deve-se levar em consideração que somente a terceira parte da população judaica mundial mora hoje no Estado de Israel. Portanto, repatriar essa população ainda na diáspora constitui-se em um objetivo nacional ainda por ser atingido.

Através de uma política demográfica e territorial coerente com seus objetivos, tirou-se proveito do dissimulado consentimento internacional oferecido à sua estratégia de fatos consumados. Isto permitiu que se aferrassem, com o passar do tempo, aos territórios capturados nas guerras, nos quais estabeleceram rígidos critérios populacionais.

O Road Map . . . *propõe ainda normalizar politicamente a Palestina, estabelecendo uma Constituição e propiciando a celebração de eleições livres. Os palestinos deverão acatar o cessar fogo e reconhecer Israel como um Estado. Por sua vez, Israel deverá se retirar das zonas ocupadas, parar a construção dos assentamentos, comprometendo-se ainda em não realizar deportações, agressões ou destruição dos lares palestinos.*

Neste sentido, observam-se dois cursos de ação que convergem para cumprir tais políticas:

• A consolidação e anexação do Estreito de Gaza e da Cisjordânia através do assentamento de colonos judeus, impedindo a consolidação territorial palestina, e

• O emprego de mecanismos dissociativos para impedir o fortalecimento da identidade nacional palestina. Isto também se aplica aos palestinos que ficaram dentro das fronteiras de Israel no fim da guerra de 1948 — atualmente perto de 20% da população — que estão em certa desigualdade com respeito a população judaica.

Quanto à identidade nacional israelense, o judaísmo é o elemento aglutinante, indo mais além do caráter religioso, encontrando-se profundamente enraizado com as origens do projeto de fundação de Israel. O judaísmo não significa apenas pertencer a uma raça, a uma religião, o uso de uma língua, mas também se enraíza com a crença comum do direito a uma terra cuja promessa tem origens bíblicas. É o crisol que atua homogeneizando as distintas influências culturais trazidas pelos imigrantes que construíram o Estado de Israel.

Do ponto de vista da segurança nacional, Israel conseguiu consolidar-se como país através de ações em seu entorno que combinaram a fustigação e a dissuasão. Entretanto, embora tenha vencido todas as guerras, não pôde ou não soube como estabelecer uma paz duradoura

na região. Na estrutura interna, os temas prioritários giram ao redor do conflito com os palestinos e o terrorismo local, principalmente os das mãos do *Hamas*, *Jihad Islâmica* e das Brigadas dos Mártires de *Al-Aqsa*. No futuro, o tema dos refugiados será mais conflitante, já que são mais de quatro milhões de palestinos que foram empurrados para o exílio nas guerras de 1948 e 1967, e seu regresso constituiria um sério problema à segurança nacional israelense. No campo internacional, a hostilidade de alguns países da região — como a Síria, o Líbano e o Irã — e o assédio do terrorismo internacional — em particular por parte da milícia libanesa *Hezbollah* — são as questões que recebem maior importância.

O surgimento definitivo do Estado Palestino está sujeito a profundas dificuldades estruturais que tornam impossível sua pronta consolidação, sendo as principais razões a carência de terras, a fragmentação territorial, uma população dispersa, um governo sem poder e a ausência de uma soberania eficaz. Para poder cumprir com sua aspiração nacional, os palestinos requerem inexoravelmente o consentimento de Israel e de certo apoio dos EUA. Nesse contexto, as exigências dos palestinos a Israel são as seguintes:

- A autodeterminação da população palestina,
- A devolução dos territórios ocupados e o retorno às fronteiras anteriores a 1967,
- A criação de um Estado Palestino que incorpore a Cisjordânia e Gaza, com a capital em Jerusalém,
- O retorno dos refugiados, como foi estabelecido pelas Resoluções das Nações Unidas.

As pretensões palestinas — visivelmente contraditórias com os interesses israelenses — dependem de temas de negociação extremamente complexos, como a questão de Jerusalém — que tanto israelenses como palestinos consideram sua capital irrenunciável — ou as questões relativas à água, recurso natural e escasso na região, onde a posse dos aqüíferos da Cisjordânia e em particular os do rio Jordão, adquirem verdadeiro caráter estratégico.

Atualmente é quase imprescindível estabelecer quanto tempo levará para se chegar ao fim do conflito, considerando-se as enormes diferenças que separam as partes. A profunda limitação ao diálogo para estabelecer bases sólidas para a paz, decorre principalmente de os atores terem sido povos que passaram a maior parte da vida entre o ódio, a morte e a destruição um do outro.

Somente quando israelenses e palestinos aprenderem a falar a mesma linguagem de reconciliação, poder-se-á começar a percorrer um caminho firme que conduza a um diálogo verdadeiro, o qual, no devido tempo, permitirá chegar a uma paz duradoura. ***MR***

Referências

1. De 1516 a 1917 é administrada desde Istambul.
2. *Mandate for Palestine*, C. 529. M. 314. 1922. VI, Nineteenth Session of the Council, Thirteenth Meeting, St James Palace, Londres, 24 de julho de1922.
3. Artigos 1 ao 26 do Tratado de Paz de Versalles de 28 de junho de 1919.
4. "Haganah" em hebraico significa "Defesa".
5. Resolução GA/RES/181(II)(A+B) de 1947.
6. Em inglês "*Israel Defense Force*", conhecida por suas siglas IDF.
7. *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO).
8. Resolução GA/RES/194 (III) de 1948.
9. O veto da França e da Grã-Bretanha impediu que o Conselho de Segurança atuasse na questão.
10. *First United Nations Emergency Force* (UNEF I).
11. Embora a expressão "Fatah" signifique vitória ou conquista, é empregada como a sigla invertida de "Harakat al-Tahrir al-Watani al-Filastini", que significa "Movimento Palestino de Libertação Nacional".
12. A doutrina entende que para que se possa realizar uma ação sob o conceito de "defesa preventiva", é necessário que se produza a concorrência dos seguintes requisitos: 1. A existência de um perigo grave e eminente, 2. Que este perigo recaia sobre um interesse essencial do Estado, 3. Não se pode invocar a necessidade quando esta situação tenha sido provocada pelo Estado que a alega, 4. A ação realizada para iludir o perigo iminente e grave deve ser o único meio para escapar do mesmo, 5. Proporcionalidade na resposta à ameaça.
13. Resolução SC/RES/237 de 1967.
14. Resolução SC/RES/242 de 1967.
15. *Second United Nations Emergency Force* (*UNEF II*).
16. Força das Nações Unidas de Observação da Separação (*UNDOF*).
17. Resolução GA/RES/3210 (XXIX) de 1974.
18. Resolução GA/RES/3236 (XXIX) (1974).
19. *United Nations Interim Force in Lebanon* (*UNIFIL*).
20. Informe do Secretário Geral sobre a Força Provisória das Nações Unidas no Líbano S/1998/53, 20 de janeiro de 1998.
21. Resolução GA/RES/3376 (XXX) (1975).
22. Resolução GA/RES/3375 (XXX) (1975).
23. Resolução SC/RES/446 (1979).
24. Resolução SC/RES/465 (1980).
25. Declaração GA/CONF.114/42 (1983).
26. Resolução CS/RES/242 (1967).
27. Resolução CS/RES/338 (1973).
28. Documento GA/48/486 SC/26560 1993.
29. Em 1993, dos 600 milhões de metros cúbicos de água que anualmente se obtém das fontes da Judéia e Samaria, Israel empregava 500 milhões para satisfazer a terça parte das necessidades de sua população.
30. Ultra direitista ortodoxo pertencente à organização radical judaica Kach. Fundada pelo rabino Meir Kahane, e declarada organização terrorista pelo Governo de Israel em 1994.
31. Com 25 anos na data do atentado, cursava o 3º ano de direito na Universidade Barllan de Tel Aviv, e havia prestado serviço militar na Brigada Golani.
32. *Al-Aqsa* significa "Lugares Sagrados".
33. CS/RES/1322 (2000).
34. Suas ações fizeram com que os Estados Unidos, em 27 de março de 2002, as incluísse nas suas listas de organizações terroristas.
35. CS/RES/1397 (2002).

O Dr. José Gabriel Paz é advogado e desempenha suas funções no Ministério de Defesa da Argentina como Assessor de Auditoria Geral das Forças Armadas. Possui cursos de pós-graduação em Geopolítica e Inteligência Estratégica. É Diretor do curso de mestrado em Defesa e Segurança Hemisférica no Colégio Interamericano de Defesa em Washington DC. Realizou numerosos cursos nos EUA e em Israel.